

o Presidente do Conselho Estadual do Direito da Criança e do Adolescente para obter maiores esclarecimentos a respeito do assunto e quais as providências a serem tomadas, sem prejudicar o Conselho Tutelar e o trabalho que desenvolve dentro do Município. Após o esclarecimento encaminhou um Ofício de número sete de dois mil e dezesseis para a assessoria jurídica da Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, solicitando uma informação juntamente com o requerimento solicitado do afastamento do Conselheiro Tutelar pois na Lei Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de número quatrocentos e vinte e dois de dois mil e treze, de doze de março de dois mil e treze, não menciona nada de afastamento para pleito cargo político dentro do Município. A assessoria jurídica deu seu parecer de número quinze de dois mil e dezesseis no dia vinte e um de março de dois mil e dezesseis, que segue abaixo e em anexo: requerente: Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente. Assunto: Desincompatibilização - Conselheiro Tutelar três meses antes do pleito, ausência de direito à licença remunerada para concorrer a cargo eletivo municipal. Parecer jurídico a respeito da solicitação de desincompatibilização solicitada por Walter Luiz dos Santos, em face a possível desejo de concorrer as eleições municipais para